

# Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação  
da Universidade do Estado do Pará



## POTENCIALIDADES DE REINserÇÃO SOCIAL DO ADOLESCENTE INFRATOR ATRAVÉS DE ATIVIDADES DE ESPORTE E LAZER NO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DE CÁCERES/MT

*POTENTIALITIES OF SOCIAL REINserTION OF JUVENILE OFFENDERS  
THROUGH SPORTS AND LEISURE ACTIVITIES AT THE SOCIO-EDUCATIVE  
SERVICE CENTER IN CÁCERES, MT*

Maria do Horto Salles Tiellet

Josiane Magalhães

Ildemar da Silva Freitas

**Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT**

### Resumo

O estudo apresenta resultados da pesquisa realizada no Centro de Atendimento Socioeducativo do Polo de Cáceres/MT acerca dos adolescentes em conflito com a lei e suas trajetórias educacionais. Os dados coletados foram obtidos pela interface entre ensino, pesquisa e extensão, utilizando-se para a coleta de dados fontes documentais e questionário socioeconômico cultural. Os resultados parciais trazem, além das reflexões teóricas ligadas à compreensão dos processos – pesquisa, ensino e extensão –, a constatação do número expressivo de adolescentes infratores que apresentam distorção idade/escolaridade e o comprometimento de uma geração que em parte vai se manter ao longo de sua vida em subempregos, perpetuando uma condição social que não permite escapatória de um ciclo vicioso de exclusão total, quer por efeito da globalização, quer por descaso em parte pelo segmento político e pelo poder público da região ou pelo abandono de diferentes governos estaduais.

**Palavras-Chave:** Adolescentes infratores, Socioeducativo, Educação.

### Abstract

This study presents outcomes from the research developed at the Socio-Educative Service Center in Cáceres, MT, Brazil, regarding the adolescents in conflict with law and their educational paths. Collected data were obtained by the interface between instruction, research and extension, using documental sources and cultural socio-economic questionnaire. Beyond the theoretical thoughts related to the procedures comprehension – instruction, research and extension –, the partial results point to a significant number of juvenile offenders, who exhibit distortions between age and schooling. They also point to the fortune of a generation that, in some part, will fight their lives underemployed, perpetuating a social condition that does not rescue them from the vicious circle of complete exclusion, whether as an effect of globalization, or for the disregard by the regional politicians and public authorities, as well as the neglect of successive state governments.

**Keywords:** Juvenile delinquency, Socio-educative, Education.



## Introdução

A educação, tanto pela Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (1959), pela Constituição Federal (1988), quanto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), é assegurada como direito a todas as crianças e adolescentes indistintamente, garantindo-lhes serem sujeitos de direito e consagrando-os como cidadãos. Mas, tanto a educação como a cidadania enquanto direitos se apresentam distantes para um conjunto de crianças e adolescentes, especialmente para aqueles oriundos das camadas mais pobres da população. Adolescentes que por diferentes caminhos acabam por se encontrar no Centro de Atendimento Socioeducativo. Para eles, os direitos fundamentais, por inúmeros fatores, nessa etapa do desenvolvimento humano, não propiciam a mesma forma de vivência, embora todos até a idade de 18 anos estejam sob o “véu” da doutrina da proteção integral.

Segundo o documento, que faz parte de um estudo global da ONU — Pelas Crianças Fora da Escola — e que analisou a exclusão e os riscos de abandono escolar em 25 países, no Brasil, existem 1.539.811 adolescentes com idade entre 15 e 17 anos fora da escola. Em termos proporcionais, a região com mais adolescentes de 15 a 17 anos fora da escola é a Sul (17,1%), seguida da Centro-Oeste (16,7%) (BRASIL, 2012).

[...] 2% que permanecem fora da escola representam cerca de 535 mil crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, segundo dados da Pnad 2009. Os mais atingidos são oriundos de populações vulneráveis, como negras, indígenas, quilombolas, pobres, sob risco de violência e exploração e com deficiência. Isso mostra que as desigualdades que persistem na sociedade brasileira se refletem no sistema de ensino do país. [...] Apesar de o Brasil estar bem próximo da universalização do Ensino Fundamental, as taxas de frequência líquida mostram que o país ainda está longe da universalização em relação às crianças de até 5 anos e aos adolescentes de 15 a 17 anos – ou seja, na Educação Infantil e no Ensino Médio, respectivamente. Eles representam, hoje, o maior contingente fora da escola. (BRASIL, 2012, p.22-23)



O percurso das reflexões que ora se apresenta iniciou-se no período de 2004-2005, mediante a pesquisa intitulada “Brincadeiras que humilham: manifestações de incivilidade” (TIELLET, 2006; 2007), realizada em escolas estaduais públicas da cidade de Cáceres<sup>1</sup>/MT. Naquela época já se constatava algumas distorções entre idade/escolaridade de alunos que frequentavam a escola. E nos dados obtidos, em maio de 2012, junto à Diretoria do Centro de Atendimento Socioeducativo de Cáceres<sup>2</sup>/MT, verificou-se número expressivo de adolescentes infratores que declararam ter abandonado a escola ainda no ensino fundamental. Em ambos os casos, o atraso escolar e o abandono da escola expõem a vulnerabilidade em que parte da população jovem cacerense se encontra.

Teixeira (2009) percebeu que a “mão invisível” da exclusão no sistema escolar afeta alguns jovens. A autora constatou no relato de jovens infratores o histórico de repetência, desistência, tensão e conflito, brigas, discussões com colegas e professores, resultando em expulsão que os afastou definitivamente da escola. Embora a pesquisadora também tenha observado algumas tentativas de retorno aos bancos escolares que se mostraram sem sucesso, concluindo que o envolvimento do jovem em infrações não ocorre abruptamente, mas é consequência de inúmeras rupturas com as instituições sociais, incluindo os estabelecimentos de ensino.

Corroborando com esta perspectiva, o levantamento realizado por Tiellet (2014), no ano de 2014 no Centro Socioeducativo de Cáceres/MT acerca do perfil educacional dos adolescentes privados de liberdade, a mesma situação de atraso escolar foi constatada entre os jovens com este perfil, e neste sentido promoveu em 2015 o desenvolvimento da

---

<sup>1</sup> Município mato-grossense, possui 150 quilômetros de “fronteira seca” e se encontra a 80 km da cidade boliviana de San Matias.

<sup>2</sup> Em Mato Grosso, o Programa Socioeducativo foi implantado no ano de 2008 pela Secretaria de Justiça de Segurança Pública, e a unidade de internação de Cáceres/MT foi inaugurada em junho de 2009 para atender os adolescentes em conflito com a lei de toda a região (ALVES, 2015, p.1).



pesquisa “Adolescentes em conflito com a lei e suas trajetórias educacionais”<sup>3</sup>, com o propósito de: identificar os elementos conflitantes na escola que contribuíram para que os adolescentes se colocasse do “lado de fora” da instituição de ensino; conhecer o grau de importância e de influência que o processo de educação formal teve ou tem na vida de adolescentes em conflito com a lei; e, desse modo, discutir questões relativas à violência e ao papel da escola na formação e educação desses jovens.

## **Desenvolvimento da pesquisa: Adolescentes em conflito com a lei e suas trajetórias educacionais<sup>4</sup>**

A Iniciativa Global Pelas Crianças Fora da Escola, bem como a Declaração do Milênio da Organização das Nações Unidas, que evidenciou oito Objetivos para o Desenvolvimento do Milênio (ODM) a serem atingidos em 2015, apresentam várias propostas para abordar as questões ligadas a crianças e adolescentes. Dos objetivos destacamos dois: a redução da pobreza e a proposição de se atingir o ensino básico universal. Quanto ao primeiro, entre as orientações formuladas, destaca-se a implantação da política social de transferência de renda, que vem sendo implantada no país com muito mais intensidade nos últimos doze anos. E assim o neoliberalismo se adequa às condições conjunturais, históricas e culturais de cada país, e, como um vírus, assume caráter mutante, e a população pobre se beneficia em determinadas conjunturas, sendo protegida pelo Estado que a incorpora ao mercado de trabalho<sup>5</sup>, e, em outras conjunturas, a essa mesma população são negados direitos e alguns de seus membros são brindados com a pecha de criminosos, em especial, os adolescentes infratores oriundos de famílias de baixa

<sup>3</sup> Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Mato Grosso (FAPEMAT).

<sup>4</sup> A pesquisa é financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso tem envolvimento de bolsistas de Iniciação Científica do Curso de Educação Física da Universidade do Estado de Mato Grosso.

<sup>5</sup> Popularização de crédito, programas de moradias populares, política de recuperação de salário, entre outros.



renda. E quanto ao segundo objetivo destacado — universalização do ensino básico —, na situação precária e de abandono em que se encontram as escolas públicas, quinze (15) anos após a Declaração do Milênio, o número de adolescentes que estão em Centros e Unidades de Atendimento Socioeducativos espalhados pelo país com histórico de evasão escolar no ensino fundamental permanece sem alteração, o que significa que o objetivo do ODM está longe de ser realizável.

A partir das ideias apresentadas nestes pressupostos, através da pesquisa qualitativa de cunho descritivo, a equipe do projeto, após obter o parecer<sup>6</sup> favorável do Comitê de Ética da Universidade do Estado de Mato Grosso (CEP/UNEMAT), iniciou o contato com os adolescentes internados no Centro de Atendimento Socioeducativo de Cáceres/MT.

Foram utilizados três instrumentos de pesquisa, sendo que a coleta de dados sobre os adolescentes e as atividades pedagógicas ocorreu através de documentos oficiais do Centro de Socioeducativo; um questionário socioeconômico cultural elaborado com questões fechadas, aplicado aos adolescentes, elaborado para obter mais informações além daquelas de posse do Centro Socioeducativo e já obtidas através de documentos oficiais. Por último, a entrevista dirigida a mãe/pai ou responsável e também ao adolescente. Embora a entrevista com a família fosse mais livre, a que foi realizada com os adolescentes destacou temáticas como: família, amigos, escola, ato infracional e projeto de vida. Tanto o questionário, quanto a entrevista realizaram-se na presença de pelo menos um dos pesquisadores e de um agente socioeducador.

No contato com a diretoria do Centro Socioeducativo do Polo de Cáceres/MT obteve-se informações sobre a escolaridade, idade, ato infracional, reincidência

---

<sup>6</sup> O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética (CEP) da Universidade do Estado de Mato Grosso em 11 de janeiro de 2016, Parecer Consubstanciado do CEP CAAE 51474215.0.0000.5166, número do parecer 1.386.713.



procedência dos adolescentes privados de liberdade, através dos quadros demonstrativos de controle de entrada e saída dos adolescentes da unidade de internação masculina, no período de 2012 a 2015, elaborados pela instituição. Também permitiu-se conhecer, através do Relatório Anual da Instituição, as ações pedagógicas desenvolvidas no ano de 2015 limitadas pelas condições estruturais físicas, e pela falta de capacitação e aperfeiçoamento dos agentes socioeducadores para atuarem com adolescentes.

As ações pedagógicas em Centros ou Unidades Socioeducativos do país não são somente de responsabilidade dos professores, mas da equipe socioeducativa, incluindo os educadores físicos como também os agentes socioeducadores. As atividades pedagógicas desenvolvidas dependem do espaço e estrutura física e da capacidade de atendimento. O Centro de internação em Cáceres/MT tem capacidade para atender quatorze (14) adolescentes, e desde que foi implantado, em 2009, o número de adolescentes internados tem variado, chegando a ter lotação de trinta e seis (36) adolescentes em março de 2012 e de dez (10) em março de 2015, entre internados e provisórios.

Três princípios segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) regem as medidas socioeducativas e devem ser cuidadosamente considerados no caso das medidas em meio fechado e na internação provisória: princípio da brevidade, princípio da excepcionalidade e princípio do respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento (art. 21). Fora isso, entre outros direitos, há os que normatizam que aos adolescentes internados devam ser garantidas atividades externas (art.21, § 1º) e atividades pedagógicas obrigatórias (art. 123, parágrafo único) adequadas ao desenvolvimento pessoal e social, além de favorecer a construção do projeto de vida dos adolescentes durante período de internação, inclusive provisória.





A medida socioeducativa de internação tem como objetivo constituir um caráter educativo, garantindo aos adolescentes cuidados, vinculados à proteção, educação, profissionalização, esporte e lazer (Art.124 e seus incisos) de modo que a dimensão educativa na internação tenha prevalência sobre a dimensão sancionatória e favoreça o desenvolvimento pessoal do adolescente.

Do capítulo “Parâmetros da Gestão Pedagógica no Atendimento Socioeducativo” do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), consta que as ações realizadas nas unidades socioeducativas devem estar voltadas para a formação do adolescente como cidadão autônomo e solidário que se relaciona bem consigo e com o mundo e que a medida socioeducativa possui dimensão jurídico-sancionatória e dimensão substancial ético-pedagógica. Assim, entre outros direitos, são asseguradas aos adolescentes infratores a garantia e a continuidade dos estudos dentro do espaço socioeducativo. Isso significa que as aulas no sistema socioeducativo exigem dimensão, função e papel docentes diferenciados, de modo a ajudar na construção de um projeto pedagógico para sujeitos privados de liberdade, sem desconsiderar a sua individualidade (SINASE, 2006).

Os Centros de Atendimentos Socioeducativos têm a obrigação de oferecer aos adolescentes a escolarização, educação profissional e atividades socioeducativas culturais, esportivas e de lazer, em cumprimento às determinações contidas nos incisos X e XI do artigo 94, juntamente com os incisos XI e XII do artigo 124 do Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual define, entre outros direitos do adolescente privado de liberdade, o direito de receber escolarização e profissionalização e de realizar atividades culturais, esportivas e de lazer. As obrigações por parte das Instituições que tratam de adolescentes em conflito com a lei e os direitos dos mesmos se sustentam em tratados, acordos, convenções internacionais, a exemplo dos itens 38-47 do documento “Regras Mínimas



das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade”<sup>7</sup> reafirmados pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.

O Centro de Atendimento Socioeducativo de Cáceres rege suas atividades pelo SINASE, que por sua vez orienta a natureza pedagógica da medida e o desenvolvimento de ações socioeducativas sustentadas nos princípios dos direitos humanos. Nesse sentido “persegue, ainda, a ideia dos alinhamentos conceitual, estratégico e operacional, estruturado, principalmente, em bases éticas e pedagógicas” (SINASE, 2006, p.15).

Sustentadas no SINASE, foram desenvolvidas, no ano de 2015, as seguintes atividades, segundo Relatório Anual, da Diretoria do Centro de Atendimento Socioeducativo de Cáceres:

- 1) Atividades esportivas e de lazer: jogos de xadrez<sup>8</sup>; videogame; torneio de futsal.
- 1) Escolarização: Prova diagnóstica – de acordo com o relatório, a prova diagnóstica para o processo de enturmação é aplicada a todo o adolescente que dá entrada na unidade. A avaliação tem por objetivo colocar o aluno em seu processo de ensino/aprendizagem e nas aulas propriamente ditas.

---

<sup>7</sup> Preâmbulo do documento – “Oitavo Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente (sic) que as Regras propostas, com vistas a sua aprovação, Alarmada pelas condições e circunstâncias pelas quais os jovens estão privados de sua liberdade em todo o mundo, Conscientes de que os jovens, quando se encontram privados de liberdade, são extremamente vulneráveis aos maus-tratos, à vitimização e à violência de seus direitos, Preocupada pelo fato de que muitos sistemas não estabelecem diferença entre adultos e jovens nas distintas fases da administração da justiça e consequência (sic) disso, muitos jovens estão detidos em prisões e centros penais junto com os adultos [...]”.

<sup>8</sup> Aprendendo a ser e a conviver através do xadrez.





- 2) Atividades socioeducativas culturais: Dia da família; Dia das Mães; Pintura em tela; Projeto arte e cultura: como me vejo nesse universo<sup>9</sup>; Pintura em telha; Encontro Natalino.
- 3) Educação profissional: Horta; Projeto Bordado; Projeto Informática<sup>10</sup>/UNEMAT; Projeto artesanato.

Em contato com a Diretoria do Centro Socioeducativo, nos primeiros meses do ano de 2016, houve um recuo no número de atividades motivado pela fuga de adolescentes ocorrida no mês de janeiro. As consequências da fuga, entre outras, foi a insegurança e a desconfiança aumentada entre os adolescentes e os agentes socioeducativos, fato que se constituiria em obstáculo para o desenvolvimento da pesquisa. Frente a essa situação e aos contratemplos da Diretoria do Centro na definição das atividades pedagógicas, a equipe do projeto comprometeu-se em elaborar proposta de Atividades Esportivas e de Lazer e executá-las junto aos adolescentes. Esta proposta constituiu-se em uma estratégia de aproximação e respeito da equipe de pesquisa para com os adolescentes infratores de modo que a entrevista deixasse de ser um fim em si mesma, pois com as atividades de lazer, as entrevistas foram realizadas em um clima de confiança, sem tensão, sem medo nem pressão.

Somente no mês de abril de 2016, teve início a escolarização, e as atividades esportivas e de lazer passaram a ter frequência e continuidade pelo envolvimento que a

---

<sup>9</sup> O projeto busca também desenvolver as capacidades dos alunos, estimulando a autoexpressão (livre, crítica, criatividade, consciente), a autovalorização (reconhecimento da própria dignidade), a responsabilidade (iniciativa, participação, colaboração), a curiosidade e a autonomia na construção do conhecimento. Tem por objetivo trabalhar aspectos da identidade, valorização do potencial criativo e elevação da autoestima de adolescentes em situação de privação de liberdade, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência crítica e rompendo com a cultura da violência (ALVES, 2015, p.18).

<sup>10</sup> O projeto tem por objetivo proporcionar uma formação integral no processo de conhecimento teórico/prático no manuseio com o computador (ALVES, 2015, p.23).



pesquisa possibilitou através do trabalho extensionista de três acadêmicos do Curso de Educação Física da Universidade do Estado de Mato Grosso.

Foram três os acadêmicos do curso de Educação Física da UNEMAT selecionados para participar da pesquisa, sendo duas do sexo feminino e um do sexo masculino. Realizaram a primeira visita ao Centro, em março de 2016, com o objetivo de conhecer a arquitetura interna, os instrumentos de esporte e lazer disponíveis para elaborar proposta de Atividades Esportivas e de Lazer a ser encaminhada à diretoria do Centro, de modo que esse atingisse e cumprisse as determinações contidas nos incisos X e XI do artigo 94 do ECA.

Constataram os acadêmicos que havia, no Centro Socioeducativo de Cáceres, uma mesa oficial de tênis de mesa, bola de basquete e de futebol, três conjuntos de jogos de xadrez, e um espaço disponível de 12mX5m, usado para o banho de sol e também para as atividades de esporte e lazer. Nesse espaço, havia duas portas de ferro gradeadas opostas uma a outra.

Em vista das condições dadas, espaço e material existentes, a equipe de pesquisa optou pelo tênis de mesa, o *slackline*, e o *badminton*. Essas atividades esportivas visavam: fortalecer os adolescentes infratores como cidadãos participativos e criativos; e contribuir para a formação, isto porque o tênis de mesa trabalha a disciplina, a interação com outras pessoas, exercita o respeito pelo outro; propiciar saber vencer, perder, lutar para atingir objetivos, desenvolver o raciocínio rápido, o trabalho de atenção e a concentração. O *slackline*<sup>11</sup>, por ser uma atividade que possibilita trabalhar a concentração, a disciplina, a autoconfiança, e a reduzir o estresse, além de ser um bom exercício físico. E o *badminton*<sup>12</sup> é uma atividade que pode proporcionar independência e autonomia, melhora

<sup>11</sup> O *slackline* é um esporte de equilíbrio sobre uma fita de *nylon*, estreita e flexível.

<sup>12</sup> É um jogo que tem como objetivo rebater uma peteca com uma raquete. É um esporte praticado individualmente ou em dupla.



a socialização e a autovalorização, a autoestima e a autoimagem, e favorece a organização, a orientação espacial, e a experiência com suas potencialidades e limitações. Através dessas atividades propostas à Diretoria do Centro Socioeducativo, pretendeu-se aprimorar as potencialidades – física, afetiva, emocional, cognitiva e social dos adolescentes, além de propiciar habilidades motoras: lateralidade, equilíbrio, coordenação motora e ritmo, força, resistência aeróbica, velocidade, flexibilidade e coordenação (BRASIL, 2011)

As atividades foram desenvolvidas às quartas e sextas-feiras, com o objetivo de atender durante o mês os 14 adolescentes internos, acomodados em duas alas.

Junto aos bolsistas estavam sempre presente os dois pesquisadores, um agente socioeducador ou um dos educadores físicos da Unidade.

Antes do início de novas atividades, os acadêmicos perguntam aos adolescentes se já conheciam a atividade que iriam realizar, se já haviam praticado, e alguns responderam que sim, na escola, em lugares diversos, mas outros disseram que nunca haviam praticado porque na escola era só o futebol, ou porque não frequentavam a escola. Informações essas que eram anotadas no diário de campo dos acadêmicos e dos pesquisadores. Após essas informações, os acadêmicos passaram a explicar as regras básicas de cada um dos esportes propostos. A atividade proposta foi desenvolvida durante uma hora, com meia hora para cada dupla de adolescente.

De acordo com o Relatório Mensal das Atividades dos Acadêmicos, por três vezes, não foi possível desenvolver as atividades esportivas, porque, segundo os agentes socioeducadores, não era um bom dia para realizá-las ou porque os adolescentes estavam nervosos, ou porque o clima estava tenso, todas as desculpas eram dadas sem maiores explicações. Mesmo assim, em nenhum momento, os acadêmicos em presença dos adolescentes se sentiram ameaçados, pelo contrário, perceberam os adolescentes



tranquilos e sempre foram tratados por eles com muito respeito. Houve situações em que alguns adolescentes, que foram liberados para participar da atividade, chegam introspectivos e desconfiados, mas ao final da atividade estavam rindo e fazendo piada sobre a atuação do parceiro do jogo (FREITAS; COUTINHO; BRITO, 2016).

As atividades pedagógicas desenvolvidas pelos acadêmicos orientaram-se e fundamentaram-se nas diretrizes explicitadas no SINASE (2006), em especial, na diretriz n.4 — Respeito à singularidade do adolescente, presença educativa e exemplaridade como condições necessárias na ação socioeducativa. Essa diretriz reforça a ideia de que a qualidade da ação está diretamente ligada à postura do profissional. É importante afirmar que não só o socioeducador, mas também qualquer pessoa da comunidade que atue como parceiro, que desenvolva atividades pedagógicas, deve mostrar coerência entre seu discurso e suas ações, e ser uma presença construtiva, solidária, criativa e respeitosa para com a história e a singularidade dos adolescentes.

Portanto, a forma como o programa de atendimento socioeducativo organiza suas ações, a postura dos profissionais, construída em bases éticas, frente às situações do dia-a-dia, contribuirá para uma atitude cidadã do adolescente (SINASE, 2006, p.47).

As atividades atenderam também à diretriz n.7 do SINASE (2006) — Disciplina como meio para a realização da ação socioeducativa. O que significa que a disciplina está a serviço da garantia de um espaço organizado e propício aos processos educativos, e não como um modo arbitrário de manutenção da ordem institucional. E isso foi possibilitado pelo tênis de mesa, pelo *slackline* e pelo *badminton* cuja essência dos mesmos é, entre outros valores e competências, trabalhar a disciplina.

A disciplina deve ser considerada como instrumento norteador do sucesso pedagógico, tornando o ambiente socioeducativo um polo irradiador de cultura e conhecimento e não ser vista apenas como um instrumento de manutenção da ordem institucional. A questão



disciplinar requer acordos definidos na relação entre todos no ambiente socioeducativo (normas, regras claras e definidas) e deve ser meio para a viabilização de um projeto coletivo e individual, percebida como condição para que objetivos compartilhados sejam alcançados e, sempre que possível, participar na construção das normas disciplinares (SINASE, 2006, p.48).

Durante o desenvolvimento das atividades esportivas e de lazer, o que somou 15 encontros, foram respeitadas as orientações do SINASE (2006), em especial, a referência no capítulo IV, que trata do Plano Individual de Atendimento (PIA), garantindo, através das atividades, um pacto<sup>13</sup> de respeito mútuo (acadêmicos/professores-pesquisadores/adolescentes). As atividades, ainda dentro do contexto do PIA, foram executadas através de uma abordagem individual em resposta às particularidades de cada adolescente, desconsiderando o ato infracional nas relações que se estabeleceram e, nesse sentido, tratá-los e fazê-los sentirem-se pessoas e cidadãos.

Enquanto os acadêmicos na condição de extensionistas desenvolviam as atividades esportivas e de lazer, eles dialogavam com os adolescentes à medida que estes lhes permitiam; os professores pesquisadores, por sua vez, presentes às atividades extensionistas, aplicavam o questionário socioeconômico cultural sem muita formalidade, à medida que eram os professores pesquisadores que marcavam as respostas dadas pelos adolescentes, pelo conhecimento prévio sobre a sua escolarização, pois tinham dificuldade de ler e compreender as perguntas devido ao baixo nível de escolaridade. As atividades de extensão proporcionaram uma relação de confiança e empatia entre a equipe (professores, pesquisadores e acadêmicos) e os adolescentes facilitando a realização das entrevistas individuais.

As atividades proporcionaram aos acadêmicos mudança na visão sobre os adolescentes em conflito com a lei. Em nenhum momento, foi identificado o ato

---

<sup>13</sup> Pacto implica estabelecimento de rotina, prioridades, continuidade e cumprimento de prazos e regras.



infracional do adolescente, sendo as atividades esportivas e de lazer executadas sem essa informação.

## **Resultados parciais e discussões iniciais**

A globalização neoliberal ou a modernidade líquida, segundo Bauman (2009, 2007a; 2007b; 2005; 1999), impõe a exclusão social irrevogável a determinados grupo de pessoas, comunidades, classe social, etnias ou nações, além de provocar a violência. Para esse autor, na fase neoliberal, é apresentada uma nova classe considerada perigosa, subdividida em duas categorias: subclasse ou os *underclass*, e os criminosos.

A subclasse ou *underclass* e os criminosos estão associados à pobreza, e são constituídos por aqueles que se encontram no mercado informal por não possuírem qualificação, os analfabetos, os desempregados, gente que vive da incerteza do trabalho temporário; por famílias desestruturadas econômica, social e culturalmente; por populações que vivem nas periferias das cidades; prostitutas; uma parcela da juventude, crianças e adolescentes que perambulam pelas ruas das cidades e os andarilhos. Todos estão entre os 16,27 milhões de brasileiros que se encontram na extrema miséria, constituídos, em sua maioria, por negros, e a metade com idade inferior a 19 anos (TIELLET, 2012).

Os jovens infratores engrossam o exército dos que, segundo Bauman (1999), são atingidos pela globalização, não vivem das suas benesses, apenas sentem seus estilhaços através da falta de emprego, de habitação, de saúde, de escolarização, de respeito, de solidariedade, e sentem a proliferação da violência em diferentes espaços sociais, colocando-os em movimento alternado, oscilando entre a categoria dos *underclass* e a dos criminosos. Ora materializam-se como subclasse e são agraciados com políticas sociais, em outros momentos, são apresentados como criminosos, e, nesse jogo, a escola





paradoxalmente contribui com o sistema capitalista efetivando a política neoliberal da competitividade que, perversamente, exclui aqueles que já se encontram à margem social.

Esta “nova classe” considerada perigosa pode estar sendo representada por uma parcela da juventude composta por adolescentes pobres, à medida que eles são responsabilizados pelo aumento da violência no país, juntamente com o fato de serem caracterizados como bandidos ou criminosos. Essa ideia vem sendo reforçada pelo movimento de redução da idade penal. Entretanto, um estudo incentivado pelo Conselho Nacional de Justiça e desenvolvido por juízes constatou que 52% dos adolescentes cumprindo medida socioeducativa de internação foram responsabilizados por crimes contra o patrimônio, 26% por tráfico de drogas e 18%, internados por crime contra a pessoa.

Os dados empíricos do município de Cáceres/MT não diferem da literatura nacional, e demonstram que o adolescente atenta mais contra a propriedade do que contra a vida, isto é, comete atos infracionais de menor gravidade. Do total de 261 práticas infracionais cometidas entre 2012-2015, a situação pode ser visualizada na Tabela 1.

Tabela 1 – Ato infracional contra o patrimônio, contra a vida, porte de arma e tráfico de droga no período de 2012-2015.

| Ano  | Ato infracional<br>contra o<br>patrimônio<br>(roubo, furto) | Trafico | Ato infracional<br>contra a vida<br>(tentativa de<br>homicídio,<br>homicídio,<br>latrocínio e<br>estupro) | Porte de<br>arma | Quebra de<br>medida e<br>mandado de<br>busca e<br>apreensão | Total de<br>Atos<br>infracionais<br>por ano |
|------|---|---------|---|------------------|---|---|
| 2012 | 28  | 23      | 12  | 01               | 41  | 105   |
| 2013 | 19  | 08      | 08  | -                | 33  | 68  |

# Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação  
da Universidade do Estado do Pará



|              |            |           |           |           |           |            |
|--------------|------------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| 2014         | 28         | 07        | 09        | -         | 07        | 51         |
| 2015         | 27         | 07        | 02        | -         | 01        | 37         |
| <b>Total</b> | <b>102</b> | <b>45</b> | <b>31</b> | <b>01</b> | <b>82</b> | <b>261</b> |

Fonte: Centro de Atendimento Socioeducativo de Cáceres. Tabela elaborada pela autora.

Do total de adolescentes internados (regime fechado e provisório) no ano de 2012, 91 eram residentes no município de Cáceres. Desses, 71 adolescentes apresentam distorção idade/escolarização; no ano de 2013, o total de adolescentes cacerenses internados era de 58, desses, 40 também com distorções, e no ano de 2014, do total de 45 adolescentes, 37 deles viviam a mesma distorção, e, por fim, em 2015 foram privados de liberdade 37 adolescentes, constatando-se que todos se encontravam com distorção idade/escolarização.

Destaca-se que, no somatório acima, do total de 261 adolescentes cacerenses internados, estão incluídos os adolescentes reincidentes, que, em média, totalizaram, nesses quatro anos, 15 adolescentes reincidentes.

No Centro de Atendimento Socioeducativo de Cáceres, dos 261 adolescentes em situação de privação de liberdade e internação provisória, no período de 2012 a 2015, 56,69% (ver Tabela 2) deles apresentavam atraso escolar, e é na faixa dos 16 a 18 anos a idade em que se concentra a maior parte dos atos infracionais praticados, referendando o estudo “Crianças e adolescentes sob a tutela do Estado”, publicado pelo Unicef, em 2009, que reforça a constatação de diversos estudos realizados no Brasil e no exterior (Patterson, DeBaryshe, Ramsey, 1989; Rossi, 2001), segundo Gallo e Williams (2008), de que os adolescentes infratores apresentam baixa escolaridade.

Nota-se que os jovens com escolaridade até a 4ª série do ensino fundamental estavam, em proporção maior, cumprindo a medida de Liberdade Assistida ( $z= 0,29806$ ;  $p= 0,05$ ), enquanto os jovens com



maior escolaridade (5ª a 8ª série) estavam, em maior proporção, cumprindo a medida de Prestação de Serviços à Comunidade ( $z=0,16109$ ;  $p=0,05$ ) (GALLO; WILLIAMS, 2008, p.52).

Tabela 2 – Relação idade e escolaridade dos adolescentes infratores em privação de liberdade e internação provisória do Centro de Atendimento Socioeducativo de Cáceres do período de 2012-2015.

| Idade         | Quant.<br>Distorção idade/<br>escolarização | %<br>Distorção<br>idade/<br>escolarização | Quant.<br>Escolaridade<br>certa | %<br>Escolaridade<br>certa | Total de<br>adolescentes<br>por idade |
|---------------|---|---|---------------------------------|----------------------------|---------------------------------------|
| 13 anos       | 04  | 1,53                                      | 03                              | 1,14                       | 07                                    |
| 14 anos       | 06  | 2,29                                      | 11                              | 4,21                       | 17                                    |
| 15 anos       | 25  | 9,57                                      | 11                              | 4,21                       | 36                                    |
| 16 anos       | 49  | 18,77                                     | 12                              | 4,59                       | 61                                    |
| 17 anos       | 57  | 21,83                                     | 14                              | 5,36                       | 71                                    |
| 18 anos       | 42  | 16,09                                     | 17                              | 6,61                       | 59                                    |
| 19 anos       | 03  | 1,14                                      | 03                              | 1,14                       | 06                                    |
| 20 anos       | 01  | 0,38                                      | -                               | -                          | 01                                    |
| 21 anos       | -   | -   | 01                              | 0,38                       | 01                                    |
| Indeterminada | 02  | 0,76                                      | -                               | -                          | 02                                    |
| <b>Total</b>  | <b>189</b>                                  | <b>72,36%</b>                             | <b>72</b>                       | <b>27,64%</b>              | <b>261</b>                            |

Fonte: Centro de Atendimento Socioeducativo de Cáceres. Tabela elaborada pela autora.

Os adolescentes com escolaridade mais baixa, em sua maioria, cumprem medidas socioeducativas mais severas. Já aqueles com nível educacional maior cumprem medidas mais brandas, desse modo, a baixa escolaridade pode indicar um fator de risco.

A situação expressa na Tabela 2 referenda os dados publicados pelo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, do município de Cáceres/MT, de que 38.307 pessoas com 10 anos ou mais de idade são analfabetas e/ou possuem o ensino fundamental incompleto (ver Tabela 3), o que corresponde a 34,4% da população total do município.



Tabela 3 – Total de pessoas com 10 anos ou mais de idade, segundo o nível de escolaridade no município de Cáceres.

| Nível de escolarização                            | Pessoas com 10 anos ou mais de idade |
|---|--------------------------------------|
| Sem instrução ou menos de 1 ano de estudo         | 8.134                                |
| Pessoas com 1 a 3 anos de estudo                  | 12.660                               |
| Fundamental incompleto                            | 17.513                               |
| Pessoas com o ensino fundamental completo e médio | 11.183                               |
| Educação de Jovens e Adultos                      | 2.606                                |
| Total de Pessoas com 12 anos ou mais de estudo    | 10.144                               |
| Ensino médio completo e superior incompleto       | 17.435                               |
| Superior completo                                 | 5.049                                |

Fonte: Dados do IBGE 2010. Tabela elaborada pela autora.

Embora a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e várias outras normativas nacionais e tratados internacionais preconizem a garantia da educação como direito infanto-juvenil, o que se constata é a dificuldade de se efetivar o direito a essa parcela da população. Muitas crianças e adolescentes evadem-se da escola por inúmeras situações que incluem o desrespeito, a humilhação e a indiferença a que são expostos no interior da escola, quer por seus pares ou por profissionais da educação. Expondo-se a mais riscos além daqueles em que já se encontram como a violência policial ou familiar, as barreiras sociais, econômicas e culturais.

Constata-se em inúmeros estudos a correlação entre a adolescência pobre e o ato infracional. Entretanto, é necessário destacar que não se pode afirmar que exista uma relação de causa e efeito, isto é, de que o adolescente pobre necessariamente irá cometer ato infracional, ou que o ato infracional seja cometido apenas por indivíduos pobres. Segundo Borba (2012), a correlação se estabelece no movimento das macrodeterminações políticas, sociais e econômicas. A autora afirma que, em alguns indivíduos, as macrodeterminações políticas, econômicas e sociais agem com maior



intensidade do que em outros, por isso, em regiões pobres, alguns adolescentes submetidos às mesmas condições sociais não se envolvem em práticas infracionais, embora possam ser mortos pela polícia como bandidos. Associadas a isso as conjunturas políticas definem ações que situam uma parcela da juventude em uma “corda bamba”, posicionando-os ora como cidadãos ora como criminosos. Para Malvasi (2012), esse processo tem sido chamado penalização da pobreza, o que não significa que não haja adolescentes das classes média e alta envolvidos com o mundo do crime, porém, são poucos os estudos sobre esses sujeitos, além do que a família intervém para impedir a internação deles na condição de infratores, enquanto que os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de internação possuem outro perfil.

O perfil socioeconômico cultural dos adolescentes infratores no Centro Socioeducativo de Cáreres em linhas gerais é de baixa renda, com muitos irmãos, moram em bairros afastados do centro, habitam casa com no máximo dois quartos: em um acomodam-se os pais ou os responsáveis com os filhos menores e em outro alojam-se parentes ou irmãos maiores. A maioria possui televisão, rádio, fogão e geladeira em casa. Os adolescentes trabalham na informalidade, sem carteira assinada há dois ou quatro anos e com objetivo de ajudar nas despesas da casa, cuja renda familiar chega até um salário mínimo. A escolaridade do pai, muitos declararam não saber e nem mesmo conhecer o pai e quanto à escolaridade da mãe, constatou-se ter o ensino fundamental incompleto, trabalhando também na informalidade e/ou sem carteira assinada. Em razão das dificuldades econômicas, muitas crianças e adolescentes acabam deixando a escola para trabalhar e ajudar na renda familiar ou mesmo para cuidar dos serviços domésticos, liberando suas mães para o trabalho remunerado. Embora programas de transferência de renda tenham sido implantados pelo Governo Federal, “a pobreza extrema ainda atinge 4 milhões de domicílios brasileiros dificultando o acesso de crianças e adolescentes à



escola. E mesmo os que conseguem ingressar enfrentam grandes dificuldades para avançar nos estudos” (BRASIL, 2012, p.17).

A maior parte dos adolescentes somente se matriculou e/ou estudou em escola pública. Alguns indicativos obtidos através do questionário apontam que o motivo que os fez deixar os estudos foi a inexistência de vaga ou de uma escola pública perto do lugar de moradia. A dificuldade de acesso à escola como a falta de transporte, o trabalho ou a necessidade de apoio logístico à família (cuidar de irmão menores) ou financeiro (trabalhar) lhes tirou o tempo para estudar, somando-se a isso a falta de interesse, a desmotivação. Manifestaram ter sofrido algum tipo de discriminação e preconceito, quer na escola por professores, na rua por policiais ou por pessoas em lojas ou ambientes públicos como bares, restaurantes, cinemas. “Práticas discriminatórias, como humilhações e agressões, têm como principais vítimas os alunos, especialmente os negros, pobres e homossexuais, com médias de 19%, 18% e 17%, respectivamente” (BRASIL, 2012, p.15). Esses indicativos são aprofundados através das entrevistas com os pais ou responsáveis e mesmo com os próprios adolescentes.

## **Considerações finais**

A pesquisa tem evidenciado ao longo do tempo uma perspectiva de existência de políticas públicas de papel, sem ações concretas que possam mudar o *status quo* das populações vulneráveis. Ainda que o Governo brasileiro tenha adotado medidas assistencialistas concedendo bolsas de diferentes tipos às populações vulneráveis, percebe-se que essas ações não alteram ao longo do tempo as condições estruturais das famílias vulneráveis, tampouco o acesso das crianças e adolescentes oriundas dessas populações a mudanças significativas em suas condições de existência e perspectivas para o futuro. Os dados preliminares obtidos a partir do questionário socioeconômico cultural,





além dos dados levantados através da análise documental, como idade, nível de escolaridade, reincidência, ato infracional dos adolescentes, assinalam que os resultados parciais possibilitam inferir que a não efetivação das políticas públicas de proteção integral à criança e ao adolescente e de redução da pobreza é nociva a população jovem, comprometendo não só o desenvolvimento do país por mais algumas décadas desse milênio, mas determinando um futuro incerto para alguns brasileiros que compõem a população jovem.

Os números mostram que, apesar de termos políticas públicas delineadas nesses últimos doze (12) anos e investimentos em propostas voltadas às populações vulneráveis, no caso de Cáceres, essas políticas não parecem ter alterado a realidade dos internos do Centro. Expressam a violência contra a população jovem no nível da negação das estruturas sociais que lhes negligenciam direitos. Isto porque, comparados aos números do IBGE para a região, uma parcela de estudante ainda permanece na curvatura de abandono da escola, permitindo inferir que esta não tem atraído nem mudado significativamente a inserção destes jovens, da mesma forma como não tem alterado as expectativas destes com relação ao futuro. Há toda uma geração excluída da formação qualificada e excluída inclusive do acesso a qualquer forma de inserção em postos de trabalho, o que os mantém em subempregos, perpetuando-os em uma condição social que não permite escapatória de um ciclo vicioso de exclusão total, quer como efeito da globalização, quer como descaso do segmento político e do poder público da região ou como efeito do abandono do governo estadual de Mato Grosso.

A dinâmica que o estudo permitiu recolocar para os pesquisadores a relação com as questões éticas inerentes à produção do conhecimento que os provoca, no sentido de assumirem responsabilidades e desafios que transcendem os moldes tradicionais



perpetuados na academia e que dizem respeito a produzir uma abordagem indissociável do ensino pesquisa e extensão.

Outro elemento que pode ser destacado como resultado destas ações coloca-se na vivência dos acadêmicos com os adolescentes infratores, desmistificando os estereótipos produzidos pela distância entre a academia e a vida das instituições socioeducativas. Recoloca a questão da humanização dos jovens infratores, modificando a perspectiva inicial dos estudantes, contribuindo para o desenvolvimento acadêmico-profissional, do ponto de vista do ensino, através da aplicação prática dos conhecimentos teóricos, assim como possibilitou aos acadêmicos reflexões sobre as posições midiáticas divulgadas a respeito dos adolescentes que cometem ato infracional e que cumprem medida socioeducativa de internação.

Os acadêmicos compreenderam que o ato infracional cometido por um adolescente é fruto de conflito que ocorre em um contexto amplo. Nesse sentido não se pode explicar que a motivação do ato é resultante de um único fator quer seja a pobreza, a família, o consumismo, patologias, o uso de substâncias ilícitas, entre outras motivações. Entretanto, é possível fazer uma leitura sobre o adolescente e o seu meio social ao serem identificados, nas histórias singulares narradas, os processos de exclusão, de vulnerabilidade e de invisibilidade social aos quais foram ou são expostos juntamente com seus familiares.

As causalidades do envolvimento de adolescentes em atos infracionais são múltiplas e se entrelaçam, sendo a maioria vinculada a situações sociais críticas de exclusão e vulnerabilidade social, e, embora o país tenha um dos melhores ordenamentos de proteção à criança e ao adolescente, tem tomado corpo, em alguns setores da sociedade, o entendimento de que a causa do crime ou da violência está no indivíduo — pessoas de má índole —, ou nas leis — que são brandas, não punem com rigor, nem são



suficientemente severas e por consequência provocado ondas de intolerância e incentivado o movimento de redução da maioridade penal. Deste modo, penalizando o adolescente pelo sentimento de medo e insegurança da população em consequência do nível de violência que tem aumentado no país.

A prática infracional é uma transgressão que ocorre em um momento específico da vida, a adolescência, a qual representa uma etapa do desenvolvimento humano e que, portanto, se reveste de significado distinto de qualquer outra etapa da vida. Nessa etapa da vida, a infração pode ocorrer por ato de rebeldia, de revolta, de estratégia de sobrevivência, de subjetivação e de afirmação de vida, podendo ser potencializada por qualquer adolescente em razão de um contexto social maior e não da existência de um elo causal entre o ato infracional e o adolescente pobre, como se o fato de ser adolescente pobre o tornasse mais perigoso e irrecuperável, um bandido em potencial. Segundo estudos de Moffit (1993 apud SILVA; OLIVEIRA, 2016), nos Estados Unidos, as taxas de comportamentos ilegais são altas na adolescência, e deve-se considerá-las normais, isso não significa que esteja aumentando a violência nas gerações mais novas, mas que a adolescência é a etapa da vida quando se está propenso a cometer atos infracionais.

O projeto permitiu dar visibilidade às condições inadequadas do Centro de Atendimento Socioeducativo que carece de políticas de investimento para superar a precariedade do sistema em termos de estrutura física, equipamentos e recursos humanos para atender minimamente o que é preconizado pelo SINASE (2006).

Outro aspecto relevante dos resultados da pesquisa é poder delinear, a partir do contato direto com os adolescentes em regime de internação, como se dá o comportamento deles em situações desfavoráveis, por exemplo, perder no jogo e em situações de ganho, além de experimentarem vínculo de respeito conquistado pela regularidade, continuidade na execução das atividades e de atenção dada a cada um dos



adolescentes em particular, estabeleceu uma relação de confiança e estima que possibilitou a aceitação de pronto dos adolescentes em participar da pesquisa sobre suas trajetórias escolares.

A interfase da pesquisa com a extensão surgiu no íterim entre a execução da pesquisa e a necessidade apresentada pela Diretoria do Centro Socioeducativo de desenvolver atividades para os adolescentes. A pesquisa favoreceu a integração interinstitucional, Universidade do Estado de Mato Grosso e o Centro de Atendimento Socioeducativo e a indissociabilidade com o ensino e a extensão.

No ensino, ampliou-se o conhecimento, as habilidades e competências dos acadêmicos sobre as políticas e leis que orientam o atendimento socioeducativo e especialmente para a realização de ações pedagógicas de esporte e lazer em espaços não escolares proporcionando vivências que contribuem para a formação desses futuros educadores físicos. E na extensão, vivenciaram e refletiram sobre a realidade social dos adolescentes privados de liberdade.

A indissociabilidade entre pesquisa e extensão também pôde ser evidenciada como estratégia para a pesquisa à medida que propiciaram a espontaneidade, a naturalidade dos adolescentes ao se colocarem a vontade diante do gravador e dos professores-pesquisadores já conhecidos pelos adolescentes.

A pesquisa também permitiu que se visualizassem as possibilidades de implantação efetiva das atividades preconizadas no SINASE. As atividades extensionistas tiveram estreita comunhão com o SINASE (2006) e atenderam aos seus princípios e diretrizes, à medida que apresentaram ações pedagógicas dirigidas, com objetivos claros e posturas ético-pedagógicas dos acadêmicos e professores-pesquisadores e, dessa forma, se somaram a outras ações que visavam contribuir para com o redimensionamento de estratégias de vida dos adolescentes.



## Referências

ALVES, Alves, Juliano Cláudio. Atividades pedagógicas do Centro de Atendimento Socioeducativo do polo de Cáceres. **Relatório**. 32f. 2015.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

\_\_\_\_\_. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

\_\_\_\_\_. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007a.

\_\_\_\_\_. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007b.

\_\_\_\_\_. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

BORBA, Patrice Leme de Oliveira. **Juventude marcada: relações entre ato infracional e a escola pública de São Carlos**. 2012. 250f. Tese (Doutorado) Universidade Federal de São Carlos, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. PINTO, Leila Mirtes de Magalhães; RAMOS, Maria Leonor Brenner Ceia; OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bassóli de. **Programa Mais Educação: Sobre o esporte e o lazer**. 2011. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=8216-esporte-e-lazer-final-versao-preliminar-pdf&category\\_slug=junho-2011-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8216-esporte-e-lazer-final-versao-preliminar-pdf&category_slug=junho-2011-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 20 abr.2016.

BRASIL. Ministério do Esporte. Segundo Tempo. **Esporte da Escola. Materiais pedagógicos. Jogos de rede e de parede**. 2010. Disponível em: <http://www2.esporte.gov.br/arquivos/snee/segundoTempo/maisEducacao/redeParedede07102010.pdf>. Acesso em: 20 abr.2016.

BRASIL. **Iniciativa Global Pelas Crianças Fora da Escola**. Acesso, permanência, aprendizagem e conclusão da educação básica na idade certa – Direito de todas e de cada uma das crianças e dos adolescentes. Brasília: UNICEF, 2012.

GALLO, Alex Eduardo; WILLIAMS, Lúcia Cavalcante de Albuquerque. A escola como fator de proteção à conduta infracional de adolescentes. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n.

# Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação  
da Universidade do Estado do Pará



133, p. 41-59, jan./abr. 2008. Disponível em:  
<http://www.scielo.br/pdf/cp/v38n133/a03v38n133.pdf>. Acesso em: 8 abr.2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. 2010. Disponível em:  
<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>. Acesso em: 12 abr.2016.

MALVASI, Paulo Artur. A gestão de programas de atendimento socioeducativo e a voz dos sujeitos de direitos: um olhar antropológico. In: **Liberati**, Wilson Donizete. Gestão da política de direitos ao adolescente em conflito com a lei. São Paulo: Letras Jurídicas, 2012.

ODM. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Declaração do Milênio da ONU**. Disponível em:  
<http://www.pnud.org.br/odm.aspx>. Acesso em: 20 mai.2016.

FREITAS, Idelmar da Silva; COUTINHO, Tatiana dos Santos; BRITO, Luana Brito. Modalidades esportivas como ferramenta pedagógica na Unidade de Atendimento Socioeducativo de Cáceres/MT. **Relatório** 30f. Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, MT. 2016.

SILVA, Enid Rocha Andrade. Dimensões da Experiência Juvenil Brasileira e Novos Desafios às Políticas Públicas. In: SILVA, Enid Rocha Andrade; OLIVEIRA, Raissa Menezes de. **Os jovens adolescentes no Brasil: a situação socioeconômica, a violência e o sistema de justiça juvenil**. Brasília: IPEA, 2016, p.293-329.

SINASE. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo**. Brasília, 2006.

TIELLET, Maria do Horto Salles; COSTA, José Ferreira. Brincadeiras que humilham: manifestações de incivilidade. **Relatório**. 216f. Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, MT. 2006.

TIELLET, Maria do Horto Salles. Panorama da violência envolvendo crianças e adolescentes em idade escolar em Cáceres/MT, município de fronteira. In: **Anais V Congresso Internacional de Educação**. São Leopoldo: Seiva Publicações, 2007, p.12-16

\_\_\_\_\_. **As Políticas públicas de redução e prevenção dos conflitos e da violência em ambiente escolar no estado do Mato Grosso, no período de 2003-2010, e os reflexos nas escolas estaduais do município de Cáceres**. 2012. 362f. Tese (Doutorado





em Educação). Pós-graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2012.

\_\_\_\_\_. Adolescentes em conflito com a lei e suas trajetórias educacionais. **Projeto de pesquisa**. Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, MT, 2014.

TEIXEIRA, Joana D'Arc. A escolarização de jovens autores de atos infracionais: reflexões dos processos e mecanismos de exclusão e Inclusão escolar. In: Associação Nacional de Pós-graduação em Educação. 14. 2009. MG. **Anais Eletrônico**. Caxambú, MG. 2009. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/14/tp14.htm#gt3>> Acesso em: 15 out.2010.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. **O Direito de Aprender:** potencializar avanços e reduzir desigualdades. [coordenação geral Maria de Salete Silva e Pedro Ivo Alcântara]. Brasília, DF: UNICEF, 2009.

## Sobre os Autores

### Maria do Horto Salles Tiellet

Doutorado em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2012), licenciatura em Filosofia — FFCL Imaculada Conceição agregada à Universidade Federal de Santa Maria (1985) e mestrado em Educação Brasileira pela Universidade Federal de Santa Maria (1996). Atualmente professora do programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, violência, violência na escola, adolescente infrator, política educacional e escola. *E-mail:* [mariadohorto\\_tiellet@yahoo.com.br](mailto:mariadohorto_tiellet@yahoo.com.br)

### Josiane Magalhães

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1993), mestrado em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1998) e doutorado em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2003). É professora Adjunta da Universidade do Estado de Mato Grosso. Leciona na área das Ciências Sociais, em disciplinas como Sociologia e Sociologia da Educação, com ênfase em Teoria Sociológica, Ciência Política, Sociologia Aplicada a Saúde, Sociologia Rural e Organizacional. *E-mail:* [jopelelu@gmail.com](mailto:jopelelu@gmail.com)

# Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação  
da Universidade do Estado do Pará



## **Ildemar da Silva Freitas**

Graduando do curso de Licenciatura em Educação Física pela Universidade do Estado de Mato Grosso — UNEMAT e bolsista de iniciação científica do projeto *Adolescentes em conflito com a lei e suas trajetórias educacionais*. E-mail: [idelmar31@hotmail.com](mailto:idelmar31@hotmail.com)

Recebido em: 27/09/2016

Aceito para publicação: 15/10/2016